

Governo espera sinais da economia

GAZETA MERCANTIL

Brasil

por André Vieira
de São Paulo

25 FEV 1997



José Roberto Mendonça de Barros

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros, disse que o governo vai insistir com a idéia de que não há excesso de aquecimento na economia. Para o secretário, faltam indicadores que indiquem o comportamento da demanda na economia, o que dificulta a tomada de medidas para conter um eventual superaquecimento. "Os indicadores no Brasil são muito precários", afirmou.

De acordo com ele, até o final do primeiro trimestre será possível saber qual o ritmo do nível de atividade da economia de modo a avaliar as condições da demanda. "Não é como um rádio em que aumenta ou abaixa o volume sem nenhum custo. Medidas desse tipo levam quatro a cinco meses para fazer efeito", afirmou o secretário, que esteve ontem participando da

conferência "Poupança Privada e Desenvolvimento Econômico", promovida pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Mendonça de Barros lembrou que em março de 1995, quando o governo decidiu desacelerar a economia, havia a clara percepção de que o comércio não tinha saído do Natal com estoques, as vendas tinham sido altas e o processo de

encomendas era intenso. Naquela oportunidade, o governo tomou medidas para controlar a estabilidade do Plano Real.

O secretário explicou que o governo monitora pelo menos quatro elementos para manter o equilíbrio da economia: (1) a redução da demanda do setor público, com o objetivo de conseguir um superávit primário; (2) o aumento da demanda de investimentos; (3) o aumento da demanda na construção civil; e (4) o controle da demanda agregada.

Mendonça de Barros disse ainda que as regras para reajustes das tarifas públicas se balizam pela situação das estatais no resultado consolidado das contas públicas. "Saímos do regime de indexação para o de anualidade e agora temos o regime de normalidade", salientou o secretário, acrescentando que outros fatores, como a privatização ou a eliminação dos subsídios cruzados, estão regulando os aumentos de tarifas.